

São Paulo, 14 de novembro de 2013

① REUNIÃO MINISTERIAL DA OMC - BALI

No dia 12 de novembro de 2013, o Diretor Geral da OMC, Roberto Azevedo, concedeu aos membros da Organização “alguns dias a mais” para que seja alcançado um resultado consistente nas negociações para a Ministerial de Bali, que ocorrerá entre os dias 3 e 6 de dezembro. Na avaliação do Diretor Geral, ainda é possível chegar a um acordo, apesar do risco de fracasso ainda existir. Não foi explicitada uma data limite para o fim das negociações (Inside Trade, 12 de novembro). Os avanços observados nos textos dos três principais temas em negociação até o momento (**Agricultura, Comércio e Desenvolvimento e Facilitação de Comércio**) foram:

AGRICULTURA

O Embaixador John Adank (Nova Zelândia), Presidente da Sessão Especial do Comitê de Agricultura, reportou ao TNC, no dia 25 de outubro, o status atualizado dos três temas centrais das negociações: (i) estoques públicos de alimentos, (ii) competitividade das exportações e (iii) Administração de Quotas Tarifárias (TRQ).

Estoques públicos de alimentos

O G-33, grupo de países em desenvolvimento liderado pela Índia, defende a adoção de uma solução interina que visa a impedir que determinados programas de estoques públicos de alimentos, com fins de segurança alimentar em países em desenvolvimento, sejam questionados no sistema de solução de controvérsias da OMC (*peace clause*), até que um acordo permanente seja concluído.

Há uma convergência quanto ao formato geral da *peace clause*: os membros concordam que a solução deve abranger apenas itens alimentares básicos, e indicaram a existência de um acordo em questões de transparência. Também existe consenso quanto à necessidade de incluir provisões sobre consultas, no caso de membros que demonstrem preocupações sobre as implicações de qualquer programa de estoque público de alimentos beneficiados.

Persistem, todavia, as dificuldades para um consenso nas discussões relativas à **duração** da *peace clause*. O G-33 defende que a solução perdure até que as negociações da Rodada Doha sejam finalizadas, ao passo que os países desenvolvidos propõem a delimitação de um prazo definido. Da mesma forma, os membros seguem em desacordo com relação à adoção

de salvaguardas para evitar que programas de segurança alimentar distorçam o comércio e a produção.

Competitividade das Exportações

Os membros reconhecem que há uma “**tendência positiva**” referente às discussões sobre subsídios e demais medidas que afetam a competitividade das exportações, além de considerarem que este assunto não é um condicionante para avanços nas negociações em outros temas.

Entretanto, os países desenvolvidos não aceitam a posição do G-20 em favor de um compromisso vinculante aos membros da OMC que determine o fim de todas as formas de subsídios às exportações e medidas de efeito equivalente. Os negociadores também enfrentam dificuldades em avançar nas discussões sobre mecanismos para incrementar a transparência e o monitoramento de subsídios às exportações.

Em reunião informal do TNC no dia 12 de novembro, Roberto Azevêdo ressaltou a falta de consenso na adoção de um compromisso vinculante. Veja o discurso na íntegra, [aqui](#)

Administração de Quotas Tarifárias (TRQ)

O tratamento diferenciado aos países em desenvolvimento na administração de suas quotas tarifárias, proposto pelo G-20, permanece como grande sensibilidade nas negociações, que se encontram eminentemente paralisadas. Os países desenvolvidos, sob a liderança dos EUA, defendem que novas regras para TRQ devem ser aplicadas a todos os membros da OMC.

Para mais informações, clique [aqui](#) (OMC, 30 de outubro)

Entidades agrícolas dos EUA opõem-se à proposta do G-33 em segurança alimentar

Em carta enviada ao Representante de Comércio, Michael Froman, e ao Secretário de Agricultura dos EUA, Thomas Vilsack, 31 entidades de diversos setores agrícolas norte-americanas se manifestaram contrárias à proposta do G-33. Tal proposta, ainda que para uma solução temporária (peace clause), enfraqueceria as disciplinas da OMC para subsídios agrícolas que distorcem o livre comércio. As entidades também alegam que poderia haver uma elevação da produção e da renda dos produtores em lugar do incremento da alimentação dos mais pobres, **gerando excedentes exportáveis a preços subsidiados**. (Inside Trade, 29 de outubro).

COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO

8ª Conferência dos Ministros de Comércio da União Africana (UA)

A reunião, que ocorreu no dia 24 de outubro na cidade de Addis Abeba, na Etiópia, contou com a presença do Vice-Diretor Geral da OMC Yonov Frederick Agah, representando o Diretor Geral Roberto Azevedo. Agah destacou a importância do sistema multilateral para os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR), ressaltando que um acordo na Reunião Ministerial de Bali possibilitaria o progresso em temas mais amplos ligados à agenda de desenvolvimento. O Vice-Diretor Geral afirmou compreender a posição menos flexível dos países membros da UA, e salientou que, para a manutenção do multilateralismo é fundamental reunir o ímpeto político necessário e obter convergência em curto prazo sobre os temas em negociação. (OMC, 24 de outubro)

A mensagem do Diretor Geral e a fala do Vice-Diretor Geral estão disponíveis neste [link](#)

Mecanismo de Monitoramento de Cancun (MMC)

Os países membros encontram-se na etapa final de definição dos termos de referência, escopo e funções do MMC, que monitora as disposições de Tratamento Especial e Diferenciado (S&D) na OMC. De acordo com Agah, a possibilidade de realização de revisões periódicas, e de que sejam feitas recomendações ao corpo técnico da OMC, e a prerrogativa de que estas recomendações feitas incluam o lançamento de negociações sobre Tratamento S&D no órgão correspondente da Organização, possibilitam a correção de inadequações. (OMC, 24 de outubro)

Pacote de Bali para os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR)

Foram concluídas as últimas considerações sobre a proposta de regras de origem para os países que concederem acesso a mercado preferencial aos PMDR, atingindo – se o consenso. Estes países também apresentaram sua proposta para o processo de implementação de um *waiver* (renúncia) para seus setores de serviços, obtendo-se anuência no tópico, o que também representou avanço significativo em uma área tida como prioritária pelo Diretor Geral Roberto Azevedo. (OMC, 24 de outubro)

Acesso a mercado *Duty Free Quota Free* – DFQF – (isento de quotas e taxas) para Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR)

Dentre as propostas em que não se chegou a um consenso no âmbito da reunião de Bali, está a

implementação de acesso a mercado isento de quotas e tarifas para exportações provenientes dos PMDRs. Na opinião do Diretor Geral, Roberto Azevedo, os países membros ainda devem avançar em suas negociações e estão próximos de atingir o consenso neste tópico. Há discordâncias, entretanto, entre os próprios PMDRs a respeito da proposta de DFQF. Dentre as causas, estaria o temor de que a implementação da proposta prejudicasse as atuais preferências comerciais que países como Haiti e Lesoto desfrutam com os EUA atualmente. (OMC, 12 de Novembro)

FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO

Consultas

Roberto Azevêdo abordou alguns temas de facilitação do comércio durante a reunião informal do TNC ocorrida no dia 25 de outubro. Segundo ele, as Seções I e II da minuta do Acordo sobre Facilitação de Comércio (disponível neste [link](#)) e Cooperação Aduaneira foram assuntos tratados em suas consultas junto às delegações dos membros.

Avanços nas negociações

As negociações para um Acordo de Facilitação de Comércio vinham sendo dificultadas por uma disputa entre países desenvolvidos (PD) e em desenvolvimento (PED) a respeito da flexibilização de regras para certos países. Os PED defendem que cabe ao país declarar-se como apto para aderir aos compromissos do Acordo, enquanto os PD defendem o estabelecimento de um cronograma específico para a adesão às regras.

Nova proposta

No dia 30 de outubro circulou entre os membros da OMC uma proposta do grupo ACP (disponível neste [link](#)), composto por países de África, Caribe e Pacífico, com o objetivo de chegar a um consenso a respeito da questão. Se a proposta do ACP for incluída na seção II do acordo, o grupo se posicionará favoravelmente aos compromissos vinculantes presentes na Seção I da minuta do Acordo sobre Facilitação do Comércio.

Mecanismo de revisão

A proposta defende a criação de um mecanismo de revisão para a resolução de casos em que um País em Desenvolvimento afirma não ter condições de implementar e seguir uma regra mesmo após receber auxílio técnico. Esta afirmação é contestada pelos Países Desenvolvidos. (Inside US Trade)

Dúvidas

A proposta do grupo ACP recebeu apoio de membros importantes da OMC. Contudo, ainda não estão claros quais seriam os desdobramentos das decisões deste mecanismo, e tampouco se há consenso dentro do próprio ACP em torno dessa proposta, visto que a

Declaração de Addis Abeba, divulgada dias antes, defende o direito dos países em desenvolvimento à autodesignação para o cumprimento de certas normas vinculantes em facilitação do comércio, conforme o trecho abaixo:

“O compromisso de PED e PMDR em colocar em prática as provisões do Acordo de Facilitação de Comércio deve basear-se em sua aquisição de capacidade de implementação com a contribuição de países desenvolvidos, sendo obrigação destes de prover assistência técnica e financeira de longo prazo aos PMDR, assim como a capacitação necessária” (a divulgação integral do texto está disponível no [link](#))

Texto do Acordo de Facilitação do Comércio

No dia 12 de novembro, em reunião informal do TNC, Roberto Azevêdo declarou que a parte referente a cooperação aduaneira do Acordo de Facilitação do Comércio teve seu texto finalizado. Apesar deste avanço significativo, ainda restam desafios nas seções I e II. O Diretor Geral afirmou que reuniões com grupos menores de países podem aumentar as chances de sucesso na seção I, e que as maiores dificuldades estão na seção II. Para Azevêdo, já se chegou ao consenso a respeito dos conceitos, e a redação do texto do acordo seria o principal problema no momento.

② TRANSATLANTIC TRADE AND INVESTMENT PARTNERSHIP (TTIP)

Retomada

No dia 04 de novembro, o gabinete do *U.S Trade Representative* (USTR) anunciou a **retomada** das negociações com a União Europeia. Após ser cancelada devido ao *shutdown* fiscal americano, a segunda rodada acontece em Bruxelas, entre os dias 11 e 15 de novembro. Os principais tópicos a serem **presencialmente** discutidos são: serviços, investimentos, energia e matéria prima, além de aspectos regulatórios. Outros temas serão discutidos por meio de videoconferências, que ocorrerão paralelamente ao encontro.

Carne bovina europeia volta a ter acesso ao mercado americano

O departamento de agricultura dos Estados Unidos (USDA) decidiu ajustar a legislação americana à internacional, no tratamento normativo da *doença da vaca-louca* (BSE), o que significa que a carne bovina produzida na UE poderá ser novamente exportada para os EUA. O embargo estava vigente desde janeiro de 1998. Para mais detalhes, clique [aqui](#).

3ª rodada de negociações

O USTR também divulgou a data da **terceira** rodada do TTIP, que ocorrerá em Washington entre os dias 16 e 20 de dezembro. A rapidez na retomada das negociações pode sinalizar uma tentativa dos EUA de **amenizar** os impactos políticos das denúncias de espionagem no continente europeu. Nesse sentido, o embaixador da UE nos Estados Unidos, João Vale de Almeida, comentou que está satisfeito com a **velocidade** da retomada das negociações. Para acessar o documento do USTR, clique [aqui](#).

Proteção à informação aquece o debate político

Após as denúncias de espionagem americana, os parlamentares da UE elevaram o tom dos discursos a respeito da proteção virtual de dados e informações. A vice-presidente da Comissão Europeia, Viviane Reding, afirmou que “amigos não se espiam” e que qualquer acordo de negociação complexa deve se basear também em “confiança”. Para acessar o discurso, clique [aqui](#). (*Inside US Trade*; 29 de outubro).

③ TRANS-PACIFIC PARTNERSHIP (TPP)

Aprofundamento das negociações

Ao final de outubro, os países do TPP iniciaram uma série de reuniões bilaterais, a fim de cumprir o ambicioso **prazo** de conclusão do acordo até dezembro de 2013. Assim, ocorreram os encontros de Tóquio (propriedade intelectual), Cidade do México (regras de origem) e Washington (compras governamentais), todos no espaço de uma semana, entre os dias 28 de outubro e 01 de novembro. Ao comentar a **intensificação** das negociações, o porta-voz do USTR, Michael Froman, disse que a substância das negociações é o que definirá o cronograma.

Setor manufatureiro americano aumenta pressão política

A *Aliance for American Manufacturing* (AAM) enviou uma carta ao porta-voz do USTR, Michael Froman,

exigindo maior atenção aos temas de regras de origem, competição com empresas públicas e compras governamentais. Em linhas gerais, a carta sugere que o TPP deve buscar fortalecer a indústria doméstica americana. Além disso, a associação também cobrou a inclusão de cláusulas que dificultem a manipulação cambial por parte dos integrantes do TPP. As pressões dos setores aumentaram às vésperas da viagem do vice-presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, ao continente asiático, passando pela China, Coreia do Sul e Japão. Para maiores detalhes, clique [aqui](#).

Austrália negocia acesso a mercados para produtos agrícolas

O ministro australiano do Comércio, Andrew

Robb, afirmou que o efetivo engajamento e adesão da Austrália no TPP está condicionado ao acesso de produtos agrícolas australianos no mercado interno dos Estados Unidos. Tais produtos são principalmente grãos, açúcar e carne bovina. Em visita recente a Washington, Robb promoveu também as exportações australianas de serviços e defendeu a inclusão da China no *Trade in Services Agreement* (TiSA). (*U.S Inside Trade*; 01 de novembro).

Eleições no Chile

Michele Bachelet, candidata a presidência do Chile, afirmou que, uma vez eleita, pedirá a **revisão** do acordo, por não concordar com a velocidade com que os temas são tratados. Nesse sentido, o **cronograma** de reuniões do TPP divulgado pelo USTR prevê uma reunião de negociadores-chefe e especialistas em Salt Lake City, entre os dias 19 e 24 de novembro. Para mais detalhes, clique [aqui](#).

④ TRADE IN SERVICES AGREEMENT (TISA)

Inicialmente chamado de “International Services Agreement” (ISA), o “Trade in Services Agreement” (TISA), tem como objetivo melhorar e ampliar o comércio internacional de serviços por meio da negociação de um amplo acordo plurilateral. Atualmente fazem parte das negociações do TISA 50 dos 159 membros da OMC (incluindo todos os 28 membros da União Europeia), que juntos contabilizam 70% do comércio global de serviços.

Novos membros

No final de setembro, a China, que até então era uma das críticas do TISA, junto com Brasil e Índia, por argumentar que esta iniciativa diminui as chances de uma resolução multilateral para a Rodada de Doha, manifestou interesse em unir-se às negociações. A reviravolta na posição chinesa causou surpresa na comunidade internacional (*Inside Trade*, 30 de setembro). No âmbito do MERCOSUL, o Uruguai manifestou recentemente o seu desejo de juntar-se às negociações do TISA, acompanhando o Paraguai, que já era Parte.

Brasil

O secretário de Comércio e Serviços do governo, Humberto Luiz Ribeiro, anunciou, no final de outubro, que o Brasil avaliará a possibilidade de aderir ao TISA. Esta decisão, apesar de ainda não significar a adesão do país ao Acordo, de fato, pode ser considerada uma

guinada na maneira como esta iniciativa vinha sendo encarada pelo Brasil (*Jornal Estado de São Paulo*, outubro de 2013).

Estados Unidos

O governo norte americano recebeu com cautela a notícia do interesse chinês em aderir ao TISA, diante do histórico de entraves causados pelo país asiático na negociação de outros acordos plurilaterais, como, por exemplo, o Acordo de Tecnologia da Informação (*Inside Trade*, 04 de novembro de 2013)

Próximos passos

Durante o mês de novembro haverá discussões sobre o TISA, em Genebra, onde espera-se que alguns países façam, inclusive, suas ofertas (*Inside Trade*, 30 de outubro).

EQUIPE TÉCNICA

Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP | Presidente: Paulo Skaf

Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior – DEREK

Diretor Titular: Roberto Giannetti da Fonseca | Gerente: Magaly M. Menezes

Diretor de Negociações Internacionais: Mario Marconini

Área de Negociações Internacionais e Análise Econômica do Comércio Exterior | Coordenador: José Luiz Pimenta Jr.

Equipe: Antônio Garrido, Fernando Marques, Juliana Pucci, Laura Gonçalves Bilbao, Rafaela Ragazzi e Vinicius Santos.

Endereço: Av. Paulista, 1313, 4º andar – São Paulo/SP – 01311-923 | Telefone: (11) 3549-4615 | Fax: (11) 3549-4730